

## O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL- DI.

Josiene Santos da Silva<sup>1</sup>

Marinalva Ferreira Monteiro<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho, discute o ensino de Geografia na perspectiva da inclusão do estudante com deficiência intelectual- DI, no Centro Educacional Aires do Espírito Santo Ribeiro, visa identificar as principais dificuldades presentes na sala de aula em relação ao desenvolvimento do trabalho docente para com os alunos com Deficiência Intelectual, estabelecendo possíveis inter-relações entre essas dificuldades e o processo ensino aprendizagem. Em nível teórico, o trabalho visa gerar subsídios para a reflexão e ampliação do conhecimento sobre o tema, bem como refletir sobre melhorias na inclusão dos alunos com essa deficiência. Desse modo, relataremos como essa deficiência gera dificuldades no processo ensino aprendizagem desses estudantes além de frisar o aprimoramento do conhecimento proporcionado ao estudante com DI. O trabalho decorreu de uma pesquisa *in loco*, com utilização de questionários abertos, distribuído e respondidos por um grupo de professores e estudantes. Através do desenvolvimento deste estudo, foi possível perceber que os professores enfrentam grandes dificuldades no atendimento dos alunos com Deficiência Intelectual, sendo necessárias mudanças até mesmo no atendimento com os demais estudantes em turma. Outrossim, se a educação ofertada a esses estudantes tivesse a orientação de profissionais qualificados, com especificidade no atendimento, poderia favorecer o desenvolvimento das outras habilidades superiores desses estudantes. Dessa forma, para que ocorra a efetiva oferta do Atendimento Educacional Especializado faz-se necessário o uso de diversas estratégias de atendimento, equipamentos, pessoal capacitado, tecnologias e diferentes recursos pensados a partir das especificidades presentes em cada grupo de alunos.

**Palavras-chave:** Estudantes, Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual.

---

<sup>1</sup> Josiene Santos da Silva- Graduada em Educação do Campo e Pós graduada em Educação do campo e Quilombola da Universidade Federal do Maranhão-UFMA  
[josysobrinho05@gmail.com](mailto:josysobrinho05@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/PPGeo  
[marinalvaklm@gmail.com](mailto:marinalvaklm@gmail.com);

## RESUMEN

El presente trabajo analiza la enseñanza de la Geografía desde la perspectiva de la inclusión de estudiantes con discapacidad intelectual - DI, en el Centro Educacional Aires do Espírito Santo Ribeiro, tiene como objetivo identificar las principales dificultades presentes en el aula en relación al desarrollo de la labor docente. hacia el alumnado con Discapacidad Intelectual, estableciendo posibles interrelaciones entre estas dificultades y el proceso de enseñanza-aprendizaje. A nivel teórico, el trabajo pretende generar apoyos para la reflexión y ampliación de conocimientos sobre el tema, así como reflexionar sobre mejoras en la inclusión de estudiantes con esta discapacidad. De esta manera, informaremos cómo esta deficiencia genera dificultades en el proceso de enseñanza-aprendizaje de estos estudiantes, además de resaltar la mejora de los conocimientos brindados a los estudiantes con DI. El trabajo se realizó mediante investigación presencial, mediante cuestionarios abiertos, distribuidos y respondidos por un grupo de docentes y estudiantes. A través del desarrollo de este estudio, se pudo dar cuenta que los docentes enfrentan grandes dificultades en la atención a estudiantes con Discapacidad Intelectual, requiriendo cambios incluso en el trato con otros estudiantes de la clase. Además, si la educación ofrecida a estos estudiantes estuviera guiada por profesionales calificados, con un servicio específico, podría favorecer el desarrollo de otras habilidades superiores de estos estudiantes. Por lo tanto, para que se dé la prestación efectiva del Servicio Educativo Especializado, es necesario utilizar diferentes estrategias de servicio, equipos, personal capacitado, tecnologías y diferentes recursos diseñados en función de las especificidades presentes en cada grupo de estudiantes.

**Palabras clave:** Estudiantes, Educación Inclusiva, Discapacidad Intelectual.

## INTRODUÇÃO

Historicamente os estudantes com deficiência enfrentaram (e ainda enfrentam) grandes desafios, sobretudo no que compreende a garantia de direitos. Direitos estes garantidos através da Lei Nº 7.853/89 que trata sobre a Política Nacional para Integração de pessoa com Deficiência, bem como a Lei de Nº 13.146/2015 que homologa a Inclusão da Pessoa com Deficiência nos diversos setores da. As referidas leis, possibilitaram avanços no âmbito de algumas garantias de direitos, porém a existência destas por si só não garantiu e não garantem a efetivação de direitos no sentido pleno, permanecendo muitas vezes inalterados e/ou até mesmo apresentando retrocessos.

Em seu artigo 1º a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) expõe que, “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns com os outros com espírito de fraternidade”,

com base nisto, discutiremos no presente estudo, o ensino de Geografia na perspectiva da inclusão do estudante com Deficiência Intelectual- DI.

O estudante com Deficiência Intelectual- DI, em geral apresenta atraso em seu desenvolvimento, possuindo dificuldades para aprender, para relacionar-se e até mesmo tarefas relativas ao dia a dia. Para DINIZ e RAHME (2004, p.112), a história da deficiência, como a própria denominação indica tem-se colocado em nossa cultura como uma forma de caracterizar aqueles sujeitos que, por razões variadas apresentam um déficit atendimento educacional deve ser voltado a todas as pessoas com deficiência, levando em consideração sua especificidade.

Desse modo, este estudo se propõe a analisar os desafios do oferecimento de uma educação especial dentro da atual proposta de política de educação inclusiva. Para tanto, apresenta um breve histórico a respeito das diretrizes educacionais baseadas na separação de alunos, que sustentaram a educação especial no Brasil desde sua implantação até a adoção de uma política de matrículas em massa de crianças com ou sem deficiências nas escolas públicas

É desafiador ao docente encontrar meios que venham inserir o estudante no contexto da aula, pois cada docente que trabalham e vivenciam essa situação em sala de inclusão no ambiente escolar é preciso um preparo e um planejamento específico e diferenciado, respeitando o tempo e as limitações do estudante. Toda via, faz-se necessário uma reflexão acerca da problemática enfrentada na rede de ensino, no que compreende a inclusão de estudantes na aprendizagem do componente curricular geografia, é urgente e de suma importância, a construção do conhecimento e convívio social.

## **METODOLOGIA**

Desde 1990, quando o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, que coube ao país como signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação. Desse compromisso decorreu a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, concluído em 1993, que tinha como objetivo

assegurar, até o final de sua vigência, a todos os brasileiros “conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida” (BRASIL, 1993, p. 13).

Este estudo se fundamenta com a execução em diferentes momentos: primeiro a revisão bibliográfica com base na investigação em artigos científicos, teses, revistas científicas e outras fontes pertinentes na base de dados da CAPES, SCIELO, e/ou outros. Além disso, utilizamos a pesquisa de campo com aplicação de entrevistas com questões abertas, estruturadas no método qualitativo, por meio do qual Minayo e Sanches (1993, p. 240) expressam que: “o saber científico, consiste na busca de articulação, entre a teoria e a realidade empírica, conduzindo o pesquisador ao método científico visto como o fio condutor para essa articulação”.

Em primeiro plano a pesquisa bibliográfica trouxe base científica, para estruturar a entrevista com os sujeitos envolvidos, esta se deu a partir de encontro com professores no Centro Educacional Aires do Espírito Santo Ribeiro, para apresentação da proposta, discussão de experiências para o melhor conhecimento e desenvolvimento do trabalho, outro procedimento adotado para complementar, foram conversas informais com a coordenação da Educação Básica e da Educação Especial, bem como coordenadora e professoras do AEE.

A pesquisa realizada no contexto deste trabalho foi de caráter qualitativo, tendo como fio condutor os possíveis desafios do trabalho pedagógico no que compreende o ensino de geografia a estudantes com Deficiência Intelectual. Os dados coletados através da aplicação dos questionários abertos, foram analisados previamente para o estabelecimento de categorias de análise, considerando os objetivos do estudo.

Arelado a este estudo, utilizamos como ferramenta pedagógica rodas de conversas, com foco na compreensão de como ocorre o processo ensino aprendizagem para o público supramencionado anteriormente, bem como quais apoios facilitadores e colaborativos podemos utilizar no processo de inclusão social e cultural.

De acordo com os princípios da Educação Inclusiva, o aluno com dificuldades de aprendizagem deve ser considerado um desafio, visto que a escola precisa se adaptar às suas necessidades, organizando-se para atendê-lo da melhor forma possível, proporcionando-lhe seu pleno desenvolvimento, e assim sirvam de pressupostos de aprendizagem de todos (Poker, 2007, p. 7). Para uma abordagem mais ampla sobre a

educação inclusiva, é importante que ocorram pesquisas e que estas busquem respostas para compreender quais os desafios da inclusão de pessoas com necessidades especiais no contexto escolar nos dias atuais. Nesse viés, o presente trabalho aborda o tema da Deficiência Intelectual na educação inclusiva no município de Turiaçu-MA.

A base deste estudo está centrado no Centro Educacional Aires do Espírito Santo Ribeiro, nas turmas de 8º e 9º anos do ensino fundamental. De acordo com a pesquisa *in loco*, o quantitativo de estudantes esta assim distribuído:

- Um (1) aluno incluído na sala comum do 8º ano;
- Um (1) estudante no 9º Ano do ensino fundamntal;

A média de faixa etária são 14 anos, em ambas as turmas os estudantes são do gênero masculino, estes apresentam diagnósticos médico sobre a deficiência e possuem Professor Acompanhante – PAE. Quanto ao Professor Acompanhante é uma conquista para os estudantes com deficiência pois nem sempre foi assim, tal realidade contribue para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino em seu sentido pedagógico e sócio-histórico, sem deixar de lado os aspectos socioafetivos, não só pela presença dos PAEs, mas o que representam para luta histórica de famílias, trabalhadores da educação dentre outros, no tocante a luta por garantia de direitos da pessoa comn deficiência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Constituição Federal brasileira, traz em seu artigo 205 no que se refere a educação como um direito de todos, garantindo um total desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso permanência na escola” em que todos os homens devem ter direitos iguais e dignidade, nesse sentido entende-se que independentemente de suas competências todos tem os mesmos direitos”.

No que tange a deficiência intelectual, deve ressaltar que “ e preciso ter uma visão positiva da deficiência, pois uma criança com deficiência não é uma criança defeituosa”( VIGOTISKY,1995), possui determinadas limitações e isso não a torna



inferior as demais, nesse nesse sentido, a aprendizagem deve contribuir para o desenvolvimento mental e a escola deve ser o veículo de intervenção pedagógica com atuação direta do professor

Nos últimos anos temos percebido o crescimento das matrículas nos estabelecimentos de ensino de estudantes com os mais diversos tipos de deficiências, dentre estas deficiência intelectual, esse alunado deve estar inserido em classes comuns. As políticas públicas implementadas pelo Ministério da Educação foi fundamental para o crescimento significativo dessas matrículas, haja vista estes programas possibilitarem implantação de salas com recursos multifuncionais, adequação dos prédios escolares para acessibilidade e formação continuada aos professores.

A elevação na matrícula conforme abordado anteriormente se deve ainda as normatizações expressas nos parâmetros curriculares que estabelecem que estabelecem que os estudantes com deficiência devem ser alocados de forma imediata: “Ver as necessidades especiais dos alunos atendidos no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades (BRASIL, 1998, p.31)

As mudanças e as adequações de leis foram e são fundamentais no tocante a garantia de acesso de estudantes ao espaço da escola, onde a idéia primordial não seja simplismente o acesso, mas a vivência em sua integralidade, objetivando a construção de uma educação com qualidade e equidade sem distinção. Tanto as normas que regem nossa sociedade, bem como a sociedade escolar em si, deve estar pautada na interação e inclusão de pessoas com diferentes necessidades especiais.

Aqui destacamos o município de Turiaçu-MA, refletindo sobre como a Educação Especial está organizadas, quais práticas pedagógicas a norteiam, como atuam os professores, gestão e como está organizado o currículo. O município apresenta um quantitativo seguficante de estudantes com Deficiência Intelectual, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação -SEMED, em 2020, o número de estudantes que

apresentavam esse tipo de deficiência era de aproximadamente 49 alunos matriculados oficialmente em toda a rede. (Turiaçu-MA, SEMED 2020).

De acordo com os dados obtidos, os professores da rede municipal em sua grande maioria tem formação específica em suas áreas de atuação no que tange ensino fundamental II (anos finais), todavia os profissionais que atuam no fundamental I (anos iniciais) ainda que tenha formação específica, a maioria não trabalha em suas áreas de formação, e/ou, trabalham as disciplinas do núcleo comum de forma contínua conforme rotina proposta pela SEMED.

O município não trabalha com o currículo adaptado, os profissionais que trabalham com os estudantes com Deficiência Intelectual (DI) fazem adaptação a seu modo de acordo com os conteúdos propostos com base as necessidades específica dos estudantes. O material didático utilizado em sala de aula, bem como os recursos utilizados são adquiridos e/ou produzido pelos professores com recursos próprio, para tentar garantir o mínimo de benefícios possíveis no concernente a qualidade da educação. Quanto a isto Silva, Contreras (2017) destacam:

A Educação Inclusiva é um direito adquirido por todas as crianças, inclusive daquelas com deficiência. A Educação Inclusiva desses alunos possibilita diversos benefícios não só para o próprio indivíduo em questão, mas também para todos os agentes envolvidos neste processo. (Silva; Contreras, 2017, p. 2).

Não esqueçamos porém, que a realidade que nos cerca não difere da que ocorre no restante do país, e o amparo legal não vem ocorrendo na prática como se precisa e/ou como deveria, pois observa-se evidente distanciamento entre as políticas propostas e cumprimentos destas.

A política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva argumenta que na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (MEC, 2008, p. 15).

Aprendizagem na perspectiva da Geografia é fundamental para a formação do estudante com visão de mundo pautada no censo crítico, para tanto os conceitos geográficos devem ser trabalhados de forma clara e objetiva, os professores devem

propiciar ao estudante meios que possibilite seu desenvolvimento como cidadão crítico, onde possa compreender-se como sujeito dotado de capacidades com direitos e deveres. Cavalcanti(2002), propõe que ao trabalhar os conceitos geográficos devemos partir do cotidiano do estudante, dessa forma o conhecimento se torna mais acessível para estes, despertando a curiosidade e vontade de descobrir cada vez mais um mundo cheio de possibilidades.

Corroborando com exposto anteriormente, Callai (2009) destaca que: “a dimensão histórica na análise geográfica favorece a percepção dos significados de cada lugar para além das aparências e encaminha à compreensão da realidade espacial como resultado de processos sociais da humanidade.” Nesse sentido, o ensino da Geografia pode contribuir significativamente para práticas educativas que incluam o estudante não apenas no espaço da escola, mas para além dele.

Todavia, ensinar não é uma tarefa tão simples e fácil, “ensinar é, de fato, uma tarefa complexa e exige dos professores conhecimentos novos que muitas vezes contradizem o que lhe foi ensinado e o que utilizam em sala de aula” (MONTAAN, 2004, p. 79). Desse modo o ensino da Geografia deve ter como norte estabelecimento de relações entre o sujeito, sociedade e o meio ambiente, com foco nas reflexões das mudanças ocorridas dentro de uma escala temporal e espacial. Também proporcionar, ferramentas para alfabetizar o aluno no que compreende localizar-se no tempo e espaço.

Ademais, são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles profissionais que comprovem, em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para que percebam as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva, também ser possível flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem, no caso estudantes com Deficiência Intelectual-DI.

Para Poker (2007), uma educação verdadeiramente inclusiva reconhece a diversidade do seu alunado e, por isso mesmo, adapta-se às suas características de



aprendizagem. Oferece respostas específicas adequadas e diversificadas, que proporcionam para o estudante condições de superar ou compensar as suas dificuldades de aprendizagem, independentemente das causas que provocaram tal problema em seu processo de escolarização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva tem sido motivo de debates e reflexões no contexto educativo nas últimas décadas, uma vez que além de assegurar uma educação de qualidade para todos, a inclusão no contexto escolar é uma realidade que exige de todos os envolvidos dedicação e capacidade para lidar com a diversidade de capacidades e limitações que os alunos apresentam. Diante desse pressuposto, há que se considerar que a inclusão é um desafio para a escola como um todo, sendo necessário o conhecimento do meio em que a criança está inserida para que as atividades propostas na escola fiquem próximas da realidade vivenciada pelo incluso, e assim ele se adapte com maior facilidade ao contexto educativo e participe ativamente do processo de aprendizagem.

DINIZ e RAHME (2004, p.125) afirmam que “o princípio da educação inclusiva consiste em que todas as crianças devam aprender juntas, onde isso for possível, não importando quais dificuldades ou diferenças possam ter”.

A partir do estudo realizado, foi possível observar que os participantes deste estudo apresentaram vários desafios e necessidades reais para a inclusão adequada dos alunos com Deficiência Intelectual no Centro Educacional Aires do Espírito Santo Ribeiro. Além disso, descreveram algumas das metodologias usadas para o trabalho com esses alunos e as dificuldades enfrentadas no processo alfabetização e letramento. A pesquisa foi realizada sobre as dificuldades no trabalho com alunos com DI segundo docentes do 8º e 9º Ano do ensino fundamental e alcançou os objetivos pautados uma vez que mostrou várias dificuldades reais tanto de professores regentes quanto dos PAEs de Atendimento Educacional Especializado-AEE, no atendimento dos alunos com Deficiência Intelectual,



Buscamos perceber e vivenciar as diferenças, proporcionando aos estudantes com deficiência intelectual, vivências por meio de atividades educativas, de forma a tornarem-se mínimos os conceitos preconceituosos frequentemente utilizados. Identificar as práticas pedagógicas junto ao estudante com deficiência intelectual no processo da construção da aprendizagem, sobretudo com a utilização de pouco material específico para trabalhar com o público com Deficiência Intelectual.

Compreende-se que, os profissionais que trabalham com o público necessitam de mais cursos de formação continuada e de pesquisas sobre o tema, por que essas informações servirão como base de estudo e esclarecimento do mesmo para que a sociedade possa conhecer e valorizar a referida clientela, tendo em vista que em nosso município muitos professores desconhecem a temática, o que dificulta o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos alunos com Deficiência Intelectual, o que é um desperdício as referidas habilidades serem reprimidas, dessa forma, os mesmos poderiam contribuir muito com o desenvolvimento social.

Segundo dados obtidos na pesquisa, a SEMED do município de Turiaçu afirma trabalhar com a perspectiva crítico construtivista, baseada no método de Emilia Ferreiro, onde o estudante deve construir sua própria aprendizagem com autonomia, acessibilidades e possibilidades, passando por etapas com recursos e avanços, até o domínio linguístico - a proficiência. No entanto não é o que ficou evidenciado nesta pesquisa, ainda há muito a ser feito para que de fato os estudantes alcancem o que está posto em lei e também propõe a SEMED/Turiaçu/MA.

De forma alguma, negamos aqui os avanços ou a possibilidade de que tenhamos uma educação onde o estudante consiga ser protagonista pleno no processo ensino aprendizagem, tampouco esgotamos essa discussão, mas destacamos que é um campo vasto que carece de maiores discussões e reflexões, para que cada vez mais essa temática tenha visibilidade e assim possa ter mais e maiores conquistas.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em 16 de agosto de 2023.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 14 de agosto de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm) – Acesso em 13 de agosto de 2023.

BRASIL. Educação inclusiva: v. 3: a escola. Brasília: MEC/Seesp, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio. C (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009. p.83-134.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa, 2002.

DINIZ; Margareth, RAHME; Mônica. **Da educação especial à educação inclusiva.** Formato Editorial, Belo Horizonte, 2004, p.110-112-125.



Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: . Acesso em: 21 agosto. 2023.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, 9(3): 239-262, 1993.

MONTOAN, Maria Teresa Egler. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs.). Caminhos pedagógicos da educação especial. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2004. p. 79-94

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 14 mar 2023.

POKER, Rosimar Bortolini. Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva. Aprender - Caderno de Filosofia e Psic. da Educação, Vitória da Conquista, ano V, nº 9, p. 169-180, 2007. Disponível em: [http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4115/pdf\\_196](http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4115/pdf_196). Acesso em: 10 novembro 2023.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Departamento de Educação Especial. Material para grupo de Estudo: Área da Deficiência Física Neuromotora. Curitiba: SEED, 2010.

SILVA, Aline Elizabety da; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. A inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. Ensaios Pedagógicos, v. 7, nº 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n13/artigo3.pdf>. Acesso em: 08 outubro 2023.

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos de Defectologia**. Obras Completas, Tomo V, Ed. Pueblo y Educación, Ciudad de la Habana, Cuba, 1995.